

CONTRADIÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Major JOSE GERARDO DE SALES

1 — GENERALIDADES

O processo das trocas internacionais encontra fundamento em extenso corpo doutrinário, no qual ocupa lugar de relêvo a chamada Teoria dos Custos Comparados, aqui tomada como termo de confronto e estudo.

Foi elaborada por David Ricardo, que é apontado por mestres no assunto como o "maior representante da Economia Clássica", assim entendida aquela que se orienta pelos ensinamentos que serviram de base econômica à transformação política do Liberalismo, encheu de tropelias e de idealismo o século passado e, pela força de seus postulados, ainda desperta vivas repercussões nesta atormentada metade do século XX.

Apareceu na esteira revolucionária que assinalou o advento da máquina e, por isso, não é de admirar que seja inglesa, como inglesas foram as metamorfoses que acompanharam o dealbar desta civilização industrial em que apenas ingresamos.

Foi — se me perdoam —, o batismo doutrinário de um mundo que nascia para novas concepções econômicas, cuja gênese deveria ser procurada no fervilhar de expedientes que alterava e subvertia o quadro da produção.

Por isso, e como qualquer outra doutrina econômica, embora possa ser estudada e compreendida como técnica pura, em termos de argumentação matemática, não dispensa — para ser devidamente interpretada —, uma necessária e oportuna ambientação social e histórica.

Esta a explicação para o desenvolvimento dado ao tema, que —

sem enveredar para o terreno dogmático e subjetivo de juízos de valor e preferências apriorísticas —, cinge-se estritamente:

- a singela exposição da Teoria dos Custos Comparados, tal como aparece em compêndios especializados;
- e flagrantes históricos onde a doutrina é situada face à evolução econômica e social dos povos, inclusive o Brasil.

2 — A TEORIA

De um modo geral a Teoria dos Custos Comparados tem como objetivo provar as vantagens do comércio internacional através da especialização regional da produção, e se fundamenta em duas premissas:

- uma de natureza econômica, em que as mercadorias que se trocam são consideradas em função do esforço humano dispendido em produzi-las;
- outra de feição nitidamente geográfica, que explora as diferenças de clima e de meio como argumento favorável à especialização regional da produção.

Seu corolário político é o Livre-Cambismo, que prega a total abstenção do Estado no processo produtivo e comercial, e se opõe ao Protecionismo, como fórmula adequada à diversificação da produção e à independência econômica dos povos. Exige, como pressuposto necessário, o pleno emprego.

Ilustrando o primeiro aspecto, é conhecido o exemplo de Adam Smith, apresentado com extrema clareza por Djacir Menezes em seu "Curso de Economia Política": "Se

se caçam duas côrças em um dia, e no mesmo tempo, com esforço idêntico, apenas um castor, — no mercado dois castores equivalem a uma côrça. Porque, se no mercado três côrças equivalassem a um castor, então os caçadores se entregariam à captura dos castores, e a oferta modificaria a relação de trocas”.

A influência geográfica, por sua vez, é patente. Ninguém duvida de que os climas temperados são mais aconselhados à cultura do trigo; de que banana é fruta tropical — pede sol quente e chuva farta —, enquanto as uvas, os vinhos, e as maçãs se distribuem por outras latitudes. Ferro e carvão — energia fácil —, predispõem à industrialização, da mesma forma que há economias que a natureza parece haver rotulado com um destino agrícola.

Tôda esta argumentação florindo numa época em que as vias de comunicação ganhavam desenvolvimento e importância; quando aparecia um Macadam para pavimentar as estradas, e canais recém-abertos punham em comunicação águas antes isoladas; o vapor multiplicava a energia do braço humano e a locomotiva barateava o transporte e criava novas e vigorosas condições de intercâmbio; tudo parecia recomendar a especialização regional da produção e o conseqüente incremento das trocas.

Este o ambiente histórico, o berço econômico da Teoria, apresentado por Ricardo em seus fundamentos, completada — depois — por Stuart Mill através da fixação das taxas de troca.

Em sua exposição alguns autores, por uma coincidência que merece destaque, escolhem método demonstrativo em que aparecem, citados

como exemplo, dois países sintomaticamente chamados:

- de Europa, região para a qual a tendência industrial se recomenda e personaliza na produção especializada de vestuário;
- e América, para a qual a atividade agrícola é insinuada através da especialização na produção de alimentos.

Supõe-se então: A Europa como possuindo 15 unidades de produção, sendo cada uma delas capaz de produzir 10 milhões de unidades de alimentos ou oito milhões de unidades de vestuário, numa relação de produção que varia de 10:8; a América como possuindo 10 unidades de produção, com uma capacidade unitária de 10 milhões de unidades de alimento, ou, apenas, três milhões de unidades de vestuário, numa relação de 10:3.

Considerando-se, num primeiro estágio, as duas regiões como economias isoladas, não se admitindo — por conseguinte —, o comércio entre elas, claro que as conclusões a tirar são as seguintes:

1) Europa:

- se as 15 unidades de produção fôrem totalmente empregadas na produção de alimentos, o resultado será 150 milhões de unidades de alimento, e nem uma sequer de vestuário ($15 \times 10 = 150$);
- se, pelo contrário, as 15 unidades de produção forem empregadas em vestuário, certo teremos 120 milhões de unidades de vestuário, e nem uma de alimentos ($15 \times 8 = 120$);
- conforme se transfira uma ou mais unidades da produção de alimentos para a de vestuário, teremos os valores do quadro abaixo:

Unidades	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	00
Alimento	150	140	130	120	110	100	90	80	70	60	50	40	30	20	10	—
Vestuário	—	8	16	24	32	40	48	56	64	72	80	88	96	104	112	120
Unidades	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

cujas relações de produção encontram tradução analítica numa expressão algébrica que chamarei *Equação de Produtividade* (1), a qual — representando y milhões de unidades de alimento, e x milhões de unidades de vestuário —, é, para o caso da Europa, a seguinte:

$$150x + 120y - 18000 = 0 \quad (1)$$

— finalmente que — sendo a capacidade de cada unidade de produção 10 milhões de unidades de alimento ou simplesmente oito milhões de vestuário —, o custo de cada uma das últimas é 10/8 vezes maior

que das primeiras, ou seja — cada unidade de vestuário sai por 1,25 unidades de alimento.

Aqui já cabe uma primeira observação: para a Europa o intercâmbio só interessaria, com respeito aos dois produtos estudados, se se revelasse possível obter alimento a trôco de vestuário a uma taxa inferior a 125; ou trocar vestuário por alimento a taxa superior.

2) América:

As mesmas considerações, formuladas com relação à América, conduzem aos dados abaixo:

a) *Quadro de valores*

Unidades	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Allmento	100	90	80	70	60	50	40	30	20	10	—
Vestuário	—	3	6	9	12	15	18	21	24	27	30
Unidades	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

b) *Equação de produtividade*

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2)$$

c) Preço-limite de 10/3, ou seja — 3,33, como condicionante de comércio satisfatório.

Estabelecido agora o intercâmbio entre as duas regiões, o que vai acontecer? O comércio é não só possível como vantajoso entre os preços-limites de 1,25 e 3,33 — a Europa especializada na produção de vestuário —, a América na de alimentos.

A defesa da doutrina exige agora, apenas, a comprovante de que — verificada a hipótese —, tenha aumentado a produtividade conjunta. Para isto, basta considerarmos inicialmente:

1) que a equação de produtividade de cada região, como economia isolada, é respectivamente:

— Europa:

$$150x + 120y - 18000 = 0 \quad (1)$$

— América:

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2)$$

2) que a equação de produtividade combinada — a Europa com a possibilidade de produção de 10:3, especializada preferentemente em vestuário —; a América com a possibilidade de 10:3, entregue à produção de alimentos —; os recursos existentes representados em 25 unidades de produção, será:

$$250x + 200y - 5000 = 0 \quad (3)$$

Admitindo neste segundo estágio — como estimativa fornecida pela Estatística —, que as necessidades da Europa perfazem 16 milhões de unidades de vestuário; às da América seis milhões: às do conjunto serão, obviamente, 22 milhões.

Quando não se admite o intercâmbio, a produção de cada região deve satisfazer às próprias necessidades e a produção conjunta será a soma das produções isoladas. As equações de produtividade fornecem, então, as raízes do problema:

1) Para a Europa:

$$150x + 120y - 18000 = 0 \quad (1)$$

$$x = 16 \text{ milhões}$$

$$y = 130 \text{ milhões}$$

2) Para a América :

$$100x + 30y - 3000 = 0 \quad (2) \quad \begin{array}{l} x = 6 \text{ milhões} \\ y = 80 \text{ milhões} \end{array}$$

3) Para o conjunto :

$$\begin{array}{l} x = 22 \text{ milhões} \\ y = 210 \text{ milhões} \end{array}$$

Para a hipótese de intercâmbio, a equação (3) fornece as raízes procuradas ; que definem a produtividade conjunta :

$$250x + 200y - 50000 = 0 \quad (3) \quad \begin{array}{l} x = 22 \text{ milhões} \\ y = 222,5 \text{ milhões} \end{array}$$

Então : Para a mesma quantidade de vestuário produzida — 22 milhões de unidades — correspondeu, no regime de especialização regional, maior produção de alimentos, o que constitui vantagem indiscutível.

A “taxa de trocas”, os índices numéricos com que se efetuam as transações, reconhecidas necessárias, foi posteriormente estabelecida por John Stuar Mill : o valor das mercadorias transacionadas “ajustar-se-á de modo a igualar a procura à oferta, o que equivale a dizer que se ajustará de tal modo que iguale a procura de uma parte com a procura da outra”. É o que êle chamou a “lei da procura recíproca” responsável pelo equilíbrio entre as importações e exportações dos países atuantes. As vantagens mútuas do comércio são sobejamente comprovadas, desde que a produção global é acrescida com a especialização e o judicioso aproveitamento das tendências regionais. O que resta fazer, pois, é tirar cópias da teoria e espalhá-las pelo mundo, para que tôda a humanidade possa usufruir de sua excelência.

3 — FLAGRANTES HISTÓRICOS

Assim, na realidade, ensinavam os ingleses. Os alemães, todavia, e os próprios americanos no norte — para ficar apenas em duas das mais representativas nações em um e outro continente — encaravam o assunto de maneira diversa. É o que será tratado aqui, sucintamente, o necessário para mostrar, em breve instantâneo, a orientação histórica destes países. Como remate, e à guisa de conclusão, depois de ligei-

ro confronto entre o Proteccionismo e o Livre Câmbio encarados de um ponto de vista predominantemente teórico, será focalizada a posição do Brasil.

Na Alemanha foi Frederico List, Professor da Universidade de Tübingen, quem de início reconheceu e proclamou o mérito doutrinário da especialização regional da produção. Opôs, no entanto, uma ressalva à teoria : ela era muito lógica, muito coerente, muito boa, mas ignorava a nação, que constitui unidade natural de que não é lícito ninguêms se abstrair. Aponta como ideal dos povos a “nação normal” — aquela que apresenta um desenvolvimento equilibrado da agricultura, indústria e comércio e cuja evolução econômica historia em cinco fases :

- a selvagem, de economia caracteristicamente destrutiva, em que os homens vivem da coleta de produtos vegetais e da caça ;
- a pastoril; quando o suporte econômico reside na exploração dos rebanhos ;
- a agrícola, em que já se acentua o aproveitamento econômico da terra e a racionalização das culturas ;
- a agrícola e manufatureira, a fase anterior complementada pela atividade industrial ;
- e, finalmente, a agrícola-manufatureira e comercial, que define a estrutura econômica de uma “nação normal”.

Ora — para Frederico List —, a Inglaterra e a Alemanha se situavam em fases diferentes desta escala ; logo não podiam alimentar as

mesmas concepções e a mesma política econômica.

De fato, na época, a Inglaterra era a nação mais industrializada do mundo, e — a partir de 1815, que assinalou a queda de Napoleão e o fim do Bloqueio Continental —, passou a inundar os mercados com a enxurrada de seus produtos, a preços de aniquilar quaisquer veleidades de iniciativas estranhas.

Passando à ação, o Professor de Tubingen fundou em Francfort, em 1819, uma associação geral de industriais e comerciantes alemães, com o objetivo de defender a economia alemã da concorrência inglesa. Método preconizado: um protecionismo provisório e restrito, que permitisse a indústria local se aparelhar e concorrer no futuro em pé de igualdade com a estrangeira.

Na América do Norte, que vinha de se libertar da tutela inglesa, a política econômica recomendada era mais radical:

- Carey H. C., advogando um protecionismo permanente e rígido, pregava abertamente o Livre Câmbio como instrumento da hegemonia britânica;
- ao mesmo tempo S. N. Patten, citado por J. Lajugie, ensinava “que a especialização de um país em determinados produtos agrícolas — algodão, trigo, fumo —, pauperiza e esgota o seu solo. *A economia complexa é sempre a ideal*”.

Ademais distingue as nações em estado dinâmico e estático. As últimas, de desenvolvimento completo, “encontram-se na etapa dos rendimentos decrescentes”, enquanto as primeiras, “cujo tipo os Estados Unidos caracterizam, são as que possuem grandes forças econômicas passíveis de desenvolvimento”. Estas “têm um nível de vida mais elevado. Contudo, não podem defendê-lo, exceto pela proteção, do contrário sofrem a pressão das condições de vida menos favoráveis das outras”.

H. M. Scott, num paralelo que estabelece entre o Livre Câmbio e o Protecionismo, afirma categórico: “Desde meados do século XIX, a Grã-Bretanha seguiu o conselho dos

economistas e abriu de par em par as portas de seus mercados; mas não houve nenhum outro país que a imitasse abertamente e, em 1931, o governo inglês adotou uma nova política e estabeleceu uma barreira alfandegária bastante alta”.

Que teria inspirado ao governo de S. M. esta nova atitude? Qual a situação, em 1931, das possibilidades comerciais dos Estados Unidos e da Alemanha?

No terreno doutrinário é interessante o cotejo das duas teorias. A favor do Livre Câmbio alinham-se argumentos ponderáveis:

- “Ninguém que tenha a mais ligeira idéia do que seja economia, pode pensar que o benefício que podem tirar do Protecionismo uma ou mais indústrias é argumento de bastante peso para estendê-lo a todas”: “Se todas as indústrias estão protegidas, é como se não o estivesse nenhuma.”
- “Nenhum impôsto, por mais elevado que seja, pode fazer que uma indústria seja econômica, se as condições são de todo inadequadas.”
- “Toda gente sente os efeitos dos maiores preços que sofrem as exportações dos produtos típicos do país, em parte porque sobem os preços da maquinaria e das mercadorias compradas pelos trabalhadores, em parte porque, se diminuem as importações de um país, as nações estrangeiras também reduzem suas compras.”

No entanto — e aqui começam a aparecer os percalços da teoria:

- “Se um país é rico em minerais, conta com comunicações naturais e tem bom clima, mas está habitado por uma mescla desafortunada de raças em contínua guerra civil, tem a desgraça de possuir um governo em constante revolução, então a indústria não terá oportunidade de se desenvolver; progredirá do outro lado da fronteira, onde — ainda que sejam mais caros os materiais e os transportes —, pode pelo me-

nos ter a segurança de desfrutar a paz.”

- “Uma revolução política pode alterar por completo a melhor localização assim como uma melhoria técnica ou de transporte.”

O Proteccionismo também tem seus defensores :

- “Por muito pouco adequado que seja um país para a fabricação de munições, não tem outro remédio que possuir uma indústria deste gênero, pois do contrário se encontraria desamparado ao estalar uma guerra”;
- “Se um país se especializa por completo em determinado produto, identifica-se com os riscos que este corre. A descoberta de um sucedâneo, ou modificações na procura pode deixar o país na mesma situação do artezoão qualificado que vê sua profissão comprometida pelo invento de uma nova máquina.”

Além disso é inegável que o proteccionismo fornece a defesa adequada à concorrência desleal das nações que exploram o trabalho escravo ou mesmo servil, e arma a nação contra o “dumping” provocado por trustes e cartéis com a intenção deliberada — embora não confessada — de sufocar a iniciativa local, para depois impor os preços de sua conveniência. São aspectos salutareos que se contrapõem, infelizmente, a possibilidade que apresenta esta política de servir a grupos monopolísticos internos, unidos — não com o propósito de produzir e promover o desenvolvimento econômico do país —, mas de explorar o público à sombra da proteção nacional.

Do ângulo geográfico, a verdade proclamada pelos clássicos já não desfruta, também, de foros de realidade inelutável. A doutrina da especialização regional da produção como que ignorou o prestígio histórico da invenção e da descoberta como fatos de alcance social e econômico capazes de alterar e subverter as condições naturais de clima e solo. Neste particular é que se fez sentir a ação de Justus Liebig,

“o grande general da ciência que, sem fazer guerras, conseguiu tornar duas vezes maior a área cultivada da Europa”. Escreveu “A Química e a sua aplicação à Agricultura e à Fisiologia”, acrescentou a potassa e os fosfatos à lista dos fertilizantes e revolucionou os métodos agrícolas até então conhecidos. “As consequências não se fizeram esperar” :

- “Antes de Liebig, colhiam-se na Alemanha 13 quintais de trigo por hectare ; depois — 24 ; na Holanda o rendimento passou de 17 a 31 quintais ; as condições de solo estavam modificadas, e a economia mundial alterada nos quadros da produção.”

Mas não é tudo — restava o clima —, e a glória de superá-lo estava reservada a um inocente servo de Deus, Gregor Mendel, monge do mosteiro de Brunn, que — investigando o cruzamento de espécies vegetais diferentes —, descobriu a lei de transmissão dos caracteres individuais, e o controle da hereditariedade. A aplicação, em termos práticos, da teoria, foi nova revolução econômica que logo se propagou a todos os continentes e breve se estendeu ao reino animal :

- os suecos trataram de obter trigo refratário à geada e de rápida maturação, no que foram seguidos por americanos e canadenses ;
- os russos se empenharam em aclimatar framboesas, cerejas e maçãs da Criméia aos rigores dos frios do norte ;
- os alemães melhoraram a sua produção de centeio, de milho e de aveia e, como estavam com a mão na massa, estenderam o método à obtenção das raças selecionadas de porcos e cavalos.

Assim, pela aplicação judiciosa dos fertilizantes e da hibridação usada em larga escala, espécies vegetais e animais tiveram sua área ecológica substancialmente aumentada, e apresentavam-se ainda — através de novas técnicas —, mais resistentes a parasitas e pragas.

Neste quadro em perpétua transformação, que é o mundo em todos os recantos, a vida em tôdas as épocas, à Teoria dos Custos Comparados nada mais resta, — ao término de cada nova conquista —, do que ajustar os seus exemplos e a sua dialética à realidade das novas e vitoriosas perspectivas económicas.

Fixada que foi a antítese doutrinária, com quem afinal a razão? Com o Protecionismo extremado? êste alimenta a xenofobia e conduz invariavelmente à guerra e ao extermínio. Além disso é reconhecido elemento de corrupção política e introduz nova corrente de imponderáveis na vida económica dos povos.

Mas também, — parece claro —, não estará a razão com o Livre Cambismo incondicional e a especialização exacerbada, que põem em perigo, quiçá mais iminente, a sobrevivência das nações e, não raro, são instrumentos mal disfarçados de dominação económica e até política. Conduzem a situações que não nos são desconhecidas, cuja análise e pode nos orientar na escolha de uma política de moderação e de equilíbrio, que nos livre no futuro de amargas experiências do passado. A História é a mestra da vida e é nela que devemos procurar inspiração para a estrada aberta de nosso desenvolvimento. Assim não será demais, — como remate à presente exposição —, investigar, através de atos administrativos perfeitamente caracterizados, qual tem sido a atitude do Brasil face a esta palpitante e vital controvérsia doutrinária.

4 — POLÍTICA NACIONAL

Não sei como repercutiram no Brasil as doutrinas económicas e liberais da Escola Clássica. Com o objetivo de fixar possíveis influências é prudente recordar :

— que o movimento alcançou notoriedade a partir de 1776, com a publicação da obra de Adam Smith "Ensaio sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações" e floresceu com Ricardo, Malthus e Stuart Mill no período subsequente até 1870.

Neste longo intervalo, o primeiro ato administrativo a clamar por uma anotação é aquele célebre alvará de D. Maria I que, em 5 de janeiro de 1785, proíbe o estabelecimento de manufaturas e fábricas no Brasil. Do ato real transparece patente :

- de um lado, o desejo de proteger a indústria reinol da concorrência da colônia, que talvez desfrutasse situação vantajosa na moral da época, dada a mão-de-obra escrava de que dispunha ;
- de outro, orientava providências no sentido da especialização regional da produção, defendendo para o Reino a atividade industrial, e relegando para a colônia os misteres da agricultura e da mineração.

Quis a Providência que uma reviravolta política na Europa viesse breve modificar a diretriz adotada. E o Príncipe Regente, fugindo às tropas de Junot, toma — no alvorecer do século — determinações de suma importância económica :

- por ato assinado na Bahia, a 23 de janeiro de 1808, abriu D. João os portos do Brasil à Bandeira das nações amigas ;
- e por alvará de 1 de abril do mesmo ano revogou o ato proibitório de manufaturas e fábricas.

O caráter liberal das medidas adotadas padece de aspectos sumamente interessantes, quando se considera que o ato liberatório atingia a tôdas as nações amigas, mas de maneira discriminatória e nitidamente protecionista. Assim é que os barcos ingleses gozavam de regalias especiais. Basta assinalar — diz-nos Hélio Viana —, que pagavam apenas 15 % de direitos sobre o valor da carga, enquanto os portugueses pagavam 16 % e as demais nações 24 %. "Sòmente em 1818 foram igualadas as taxas para as importações de Portugal e Inglaterra". O quadro económico, em sua moldura mundial e quando se fixa o detalhe inglês, é — então o seguinte :

- na Europa, a Inglaterra prega o Liberalismo e se bate pelo Livre Câmbio ;

— na América, procura acautelar seus interesses com medidas flagrantemente protecionistas.

Com a Independência, foram inicialmente mantidas as prerrogativas inglesas, estendidas depois aos principais países do mundo, entre eles França, Austria, Prússia, Dinamarca, Holanda e Estados Unidos. Conseqüência: "Cresceram as nossas importações de mercadorias, sem que fôsem aumentadas, na mesma proporção, as exportações brasileiras. Daí resultaram sérias dificuldades cambias, caindo as respectivas taxas muito abaixo da paridade oficialmente fixada que era de 61 1/2 pence por mil-réis".

E o Governo Imperial teve de reconsiderar a atitude: "Pelas tarifas aduaneiras e então decretadas adotou-se uma nova nomenclatura, compreendendo 2.919 artigos de importação; para muitas mercadorias os direitos a serem pagos nas alfândegas atingiram o duplo do que pagavam anteriormente, pois subiram de 30 % sobre o respectivo valor, quando antes só pagavam 15 %. Outras, foram taxadas em 40, 50 e 60 % "ad valorem", desde que pudessem ser produzidas no país. Excetuavam-se, naturalmente, as que fôsem convenientes ao nosso desenvolvimento cultural (livros e mapas por exemplo) e as que concorressem para aumentar o patrimônio nacional (tais como jóias e pedrarias)."

No âmbito da produção, são conhecidos os efeitos da predominância periódica de determinados produtos em nossa balança comercial externa e, — de maneira menos direta —, em nossa própria evolução política:

— ao pau brasil devemos os primeiros ensaios de colonização

e também as primeiras ameaças alimentadas pela cobiça estranha;

- ao fastígio da produção açucareira os anos penosos da guerra holandesa e risco sério de desmembramento territorial;
- a decadência da mineração acendeu e nutriu os primeiros anseios de independência e guiou pela estrada do martírio as primeiras manifestações de nacionalismo atuante, embora utópico e pouco objetivo.

Isto no Brasil colônia, quando o desequilíbrio econômico procurava as suas soluções naturais na evolução para a autonomia política.

Realizada esta, a crise da agricultura e o tormento do latifúndio relegado ao abandono com a libertação do elemento escravo, derrubou o Trono. De ontem é o exemplo da borracha; de hoje o do café; da manhã, quem sabe, o do petróleo e da energia atômica. Com a derrocada da borracha — face à intervenção do governo inglês, que a transplantou para condições comercialmente mais vantajosas no Oriente —, faliu a Amazônia. E a Teoria dos Custos Comparados, que antes estava contra a Inglaterra, passou a servi-la através da técnica da operação.

Com o café, talvez não haja exagero em se afirmar que a agitação da opinião pública em nossos dias e os excessos cívicos de ponderável corrente de opinião, apenas registram as crises do produto.

Qual tem sido o papel por ele desempenhado na economia nacional? Os dados abaixo, extraídos do livro "Brasil/1943-1944", que situam a rubiácea, em termos de percentagem, no conjunto de nossas exportações, falam com mais eloqüência:

- Ano de 1890: Café exportado — 5.109.000 sacas, no valor de 189.894 contos de réis — percentagem: 67,66 da exportação total;
- Ano de 1900: 8.924.000 sacas — 484.342 contos — 56,96 %
- Ano de 1920: 11.525.000 sacas — 860.958 contos — 49,13 %
- Ano de 1930: 15.238.000 sacas — 1.827.577 contos — 62,86 %
- Ano de 1940: 12.053.000 sacas — 1.589.956 contos — 32,05 %
- Ano de 1944 (primeiro semestre)..... — 38,20 %

Pela mostra, é de se compreender as apreensões que dominaram o país por volta de 1930, quando "os preços do café entravam em verdadeiro colapso e os portos e estradas de ferro estavam abarrotados por milhões de toneladas invendáveis. Eram montanhas cafeeiras. Uma saca de café levava quatro anos para ir da fazenda às mãos do consumidor. Se fôsse possível parar a produção, podia-se guardar o produto para exportação futura". A fim de que o café pudesse continuar "como o sustentáculo da balança comercial brasileira", foram queimadas, de 1931 a 15 de abril de 1944 — 79.139.198 sacas.

Hoje já não se queima mais café. Há processos mais artificiosos para mantê-lo "como o sustentáculo da balança comercial brasileira". Suas crises, porém, não são menos intensas e o seu futuro já se insinua pouco promissor pelas colunas dos jornais. O "Diário de Notícias" de 27 de novembro de 1955, por exemplo, anuncia em manchete a "Assistência Técnica e Financeira dos Estados Unidos ao Café da Abissínia", e não é este o único país que procura fomentar a produção africana, onde condições favoráveis da terra se reúnem a condições vis de trabalho, para, num regime de semi-escravidão, expulsar o café brasileiro do mercado internacional. Por outro lado — talvez ainda menos tranquilizador — o produto sintético, descoberto por um cidadão holandês, ao que parece radicado na América Central, começa a ser vendido na Europa, numa concorrência desleal, porque feita de maneira não ostensiva.

O governo brasileiro, no entanto, não está ausente dos acontecimentos e o seu Ministro da Fazenda — viajando pelos Estados Unidos — de lá mesmo anunciou as medidas com que o Brasil pretende se ajustar às novas contingências criadas — desenvolver a produção de "café finos".

Estes os aspectos da economia brasileira que mais parecem relacionados com a doutrina da especialização regional da produção. A

controvérsia não permite solução imediata e envolve aspectos sociais e até políticos, dos quais não é possível isolar o substrato econômico.

O ideal procurado, porém, parece não se situar muito longe daquele que Frederico List pregava para a Alemanha nos idos de 1819. O conceito de "Nação Normal" constitui, em nossos dias, mais do que uma simples meta a ser atingida, mas fundamental condição na sobrevivência dos povos. E a diversificação da produção pode, sem dúvida, ser alcançada, quando se palmilha uma diretriz de equilíbrio em que sejam evitados excessos doutrinários e fiscais. "O Protecionismo" — ensina H. M. Scott —, "pode ser útil para apressar progressos naturais, ou como medida passageira para casos de emergência, tal seja equilibrar uma balança de pagamentos adversa".

(1) É a expressão algébrica da reta representativa da condição de produtividade suposta, — 10:8, para o caso da Europa —, referidos os valores correspondentes a eixo octogonal e definida pelos pontos A (0,150) e B (120,0).

BIBLIOGRAFIA

Brasil/1943-1944 — Ministério das Relações Exteriores.

Djacir Menezes — Curso de Economia Política.

Hélio Viana — História Administrativa e Econômica do Brasil — 1951.

H. M. Scott — Curso Elemental de Economia — Fonde de Cultura Economica — 1954.

J. Lajugie — As Doutrinas Econômicas — Difusão Européia do Livro — 1955.

Juri Semjonow — Os Tesouros da Terra — Globo — 1955.

John Van Duyn Southworth — The Story of the World — Cardinal edition — 1954.

Paul A. Samuelson — Introdução à Análise Econômica.

T. S. Ashton — A Revolução Industrial — Europa-América-Lisboa.